

Redução ao Valor Recuperável de Ativos – CPC 01.

Objetivo

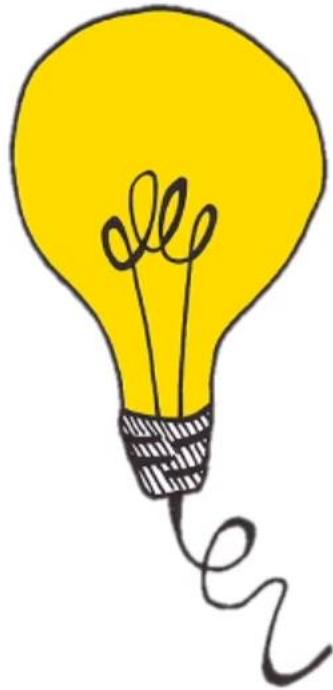
O objetivo do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus **ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação**.

Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo.

Objetivo

Se estiver com o valor excedente, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico (CPC 01) requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização.

O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas.



A Redução ao Valor Recuperável, dar-se-á através do TESTE DE IMPAIRMENT, ou, TESTE DE RECUPERABILIDADE.

Tem como “missão” não deixar que um ativo esteja registrado contabilmente por um valor que exceda o seu valor recuperável e deve ser feito sempre que houver indícios de desvalorização ou no mínimo, anualmente.

Alcance

O teste deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, EXCETO:

- (a) estoques;
- (b) ativos de contrato e ativos resultantes de custos para obter ou cumprir contratos que devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente;
- (c) ativos fiscais diferidos;
- (d) ativos advindos de planos de benefícios a empregados;
- (e) ativos financeiros que estejam dentro do alcance do CPC 48 – Instrumentos Financeiros;
- (f) propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo;

Alcance

- (g) ativos biológicos relacionados à atividade agrícola dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de vender;
- (h) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro; e
- (i) ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Definições

Para entendermos a estrutura, é importante conhecermos os termos utilizados e seus significados, veja a seguir:

Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Depreciação, amortização e exaustão é a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativos durante sua vida útil.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Definições

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Valor recuperável de um ativo é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Vida útil é:

- (a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar um ativo; ou
- (b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter do ativo.

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Avaliações

A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:

Avaliações

- (a) testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e
- (b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios.

Reconhecimento e mensuração

Se o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo.

A perda por desvalorização de ativo não reavaliado deve ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Entretanto, a perda por desvalorização de ativo reavaliado deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (na reserva de reavaliação) na extensão em que a perda por desvalorização não exceder o saldo da reavaliação reconhecida para o mesmo ativo. Essa perda por desvalorização sobre o ativo reavaliado reduz a reavaliação reconhecida para o ativo.

Reversão de perda por desvalorização

O aumento do valor contábil de um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), atribuível à reversão de perda por desvalorização não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

Qualquer aumento no valor contábil de um ativo, acima do seu valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso a perda por desvalorização para o ativo não tivesse sido reconhecida em anos anteriores é considerado uma reavaliação. Se, e nas situações em que a legislação brasileira permitir, a entidade deve aplicar os Pronunciamentos específicos voltados à matéria.



Reversão de perda por desvalorização

A reversão de perda por desvalorização de um ativo, deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período, a menos que o ativo esteja registrado por valor reavaliado de acordo com outro Pronunciamento. Qualquer reversão de perda por desvalorização sobre ativo reavaliado deve ser tratada como aumento de reavaliação conforme tal Pronunciamento.

A reversão de perda por desvalorização sobre ativo reavaliado deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes sob o título de reserva de reavaliação. Entretanto, na extensão em que a perda por desvalorização para o mesmo ativo reavaliado tenha sido anteriormente reconhecida no resultado do período, a reversão dessa desvalorização deve ser também reconhecida no resultado do período.

Divulgação

A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:

- (a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas;
- (b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas;
- (c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e
- (d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período.

Teste de Recuperabilidade



Questões

**Redução ao Valor
Recuperável de Ativos
– CPC 01.**

1. FCC - AGC (Pref Recife)/2019 A Cia. Incorpórea tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R\$ 520.000,00 era composto por:

Custo de aquisição R\$ 650.000,00.
Perda por desvalorização (reconhecida em 2016) R\$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

Valor em uso R\$ 470.000,00.
Valor justo líquido de despesas de venda R\$ 670.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Incorpórea, em 31/12/17,

- a) não fez nenhum registro contábil.
- b) reconheceu um ganho no valor de R\$ 130.000,00.
- c) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- d) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000,00.
- e) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.

2. CEBRASPE (CESPE) - AFRE (SEFAZ RS)/2019 O imobilizado de certa empresa é composto pelos ativos A e B. Os dados contábeis relativos a esses ativos, em R\$, estão apresentados a seguir.

| | A | B |
|-------------------------------------|----------|----------|
| valor de aquisição | 75.000 | 250.000 |
| depreciação acumulada (-) | 37.500 | 50.000 |
| perda por valor não recuperável (-) | 0 | 10.000 |

Em razão de cenário macroeconômico recessivo, a empresa resolveu realizar o teste de recuperabilidade desses ativos, tendo constatado as informações presentes na seguinte tabela (valores em R\$).

| | A | B |
|---|----------|----------|
| valor justo líquido de despesa de venda | 34.000 | 205.000 |
| valor em uso | 36.000 | 185.000 |

Nessas condições, o procedimento contábil necessário é

- a) constituir R\$ 1.500 para perda de recuperabilidade do ativo A, baixar toda a perda relativa ao ativo B e baixar mais R\$ 5.000 de sua depreciação.
- b) constituir mais R\$ 8.500 em perda por valor não recuperável, dos quais R\$ 3.500 sejam relativos ao ativo A e R\$ 5.000, relativos ao ativo B.
- c) reverter toda a perda por valor não recuperável do ativo B e registrar perda de R\$ 1.500 para o ativo A.
- d) manter os saldos atuais, pois eles já refletem o valor recuperável dos ativos.
- e) registrar R\$ 3.500 por perda de recuperabilidade do ativo A.

- 3. NC-UFPR - Prof NU Jr (ITAIPU)/2019** Pelo CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica, é considerada a base para a realização do teste de recuperabilidade de um Ativo:
- a) a impossibilidade de que qualquer ativo seja registrado na contabilidade por um valor superior ao seu futuro benefício econômico.
 - b) a completude e neutralidade dos lançamentos de qualquer bem ou direito.
 - c) que nenhum Ativo seja lançado na contabilidade sem levar em consideração a ausência de erro de lançamento.
 - d) a consideração de que todos os Ativos devem ser lançados ou registrados pelo valor original.
 - e) que a informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ter tomadas pelos usuários.

4. VUNESP - AF Trib (Itapevi)/2019 Em um trabalho de asseguração realizado na Cia. A, o auditor independente observou que a referida entidade tinha efetuado o teste de recuperabilidade do valor de ativos, obedecendo às novas normas contábeis brasileiras, instituídas a partir da vigência das Leis nos 11.638/2007 e 11.941/2009. Constatou a existência física de um ativo imobilizado, adquirido pela entidade em julho de 2014 por R\$ 490.000,00 e imediatamente colocado em operação. A sua vida útil tinha sido estimada em 15 anos, e seu valor residual, em R\$ 10.000,00. Em 31.12.2018, o departamento contábil da companhia, seguindo a legislação pertinente, registrou uma perda desse ativo em função do teste de recuperabilidade respectivo, no valor de R\$ 20.000,00. Tendo feito os cálculos necessários, o auditor concluiu pela exatidão do teste realizado pela entidade. Portanto, o valor recuperável desse ativo, em 31.12.2018, correspondeu, em R\$, a

- a) 450.000,00.
- b) 326.000,00.
- c) 310.000,00.
- d) 306.000,00.
- e) 290.000,00.

5. FCC - AFTM (Manaus)/2019 Em 31/12/2016, o saldo líquido da conta Intangíveis evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa Invisível S.A. era R\$ 21.500.000,00, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição 25.000.000,00
(-) Amortização Acumulada (3.500.000,00)
(=) Valor contábil 21.500.000,00

As notas explicativas dessa conta apresentavam, nessa data, as seguintes informações:

| Tipo de Ativo Intangível | Custo de aquisição (R\$) | Amortização acumulada (R\$) | Vida útil |
|---------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|------------------|
| Patentes | 17.500.000,00 | 3.500.000,00 | 20 anos |
| Marca adquirida | 7.500.000,00 | - | Indefinida |
| Total | 25.000.000,00 | 3.500.000,00 | - |

A empresa adota o método linear para cálculo da despesa de amortização.

A empresa realizou, em 31/12/2017, o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) para os dois ativos e obteve as seguintes informações:

| Tipo de Ativo Intangível | Valor justo (R\$) | Valor em uso (R\$) |
|---------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Patentes | Não existe | 13.250.000,00 |
| Marca adquirida | 6.500.000,00 | 7.000.000,00 |

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais,

- a) 20.250.000,00.
- b) 20.125.000,00.
- c) 19.750.000,00.
- d) 19.625.000,00.
- e) 20.625.000,00.

6. FCC - Aud Fisc (SEFAZ BA)/2019 Um equipamento foi adquirido à vista, em 30/06/2017, pelo custo total de R\$ 1.500.000,00. A empresa definiu sua vida útil em 8 anos, o valor líquido de venda do equipamento no final do 8º ano foi estimado em R\$ 660.000,00 e, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (Teste de impairment) e os valores obtidos, em 31/12/2018, para a realização desse teste foram os seguintes:

- Valor justo = R\$ 1.300.000,00
- Valor em uso = R\$ 1.325.000,00

O valor da despesa para redução ao valor recuperável (despesa por impairment) registrado na Demonstração do Resultado de 2018 foi, em reais,

- a) 42.500,00.
- b) 122.500,00.
- c) 17.500,00.
- d) 147.500,00.
- e) 175.000,00.

7. FCC - Aud Fisc (SEFAZ BA)/2019 Uma patente foi adquirida em 31/12/2017 pelo valor total de R\$ 30.000.000,00. A patente poderá ser explorada pelo prazo de 20 anos e após tal período passará a ser de domínio público. Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (Teste de impairment) utilizando-se das seguintes informações sobre a patente:

- Valor em uso da patente: R\$ 25.500.000,00.
- Valor justo da patente: R\$ 24.000.000,00.

Na apuração do resultado do ano de 2018, a empresa

- a) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.000.000,00.
- b) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00.
- c) não reconheceu nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.
- d) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00, apenas.
- e) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00, apenas.

8. IESES – Prof (FUNDESJ)/2019)

_____ se refere à redução ao valor recuperável de bens ativos. Com ele, é possível descobrir quanto um ativo vale após sua utilização, obsolescência ou deterioração. Complete a frase.

- a) Valor em uso.
- b) Goodwill.
- c) Teste de propriedade.
- d) Impairment.

9. CONSULPLAN - Bach (CFC)/2019 Com base na NBC TG 01 (R4) – Redução ao valor recuperável de ativos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado. Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação.
- II. As perdas por desvalorização reconhecidas para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) devem ser revertidas em períodos subsequentes.
- III. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

10. CONSULPLAN - Bach (CFC)/2019 De acordo com a NBC TG 01 (R4), a Companhia G & F S.A. possui em seu ativo imobilizado uma máquina que, com o passar do tempo, verificou-se perda do valor de mercado e também de desempenho econômico.

Diante disso, decidiu-se calcular o valor da possível redução ao valor recuperável desse ativo, de acordo com os dados a seguir:

- Valor Contábil da Máquina – R\$ 425.000,00;
- Valor em Uso da Máquina – R\$ 414.800,00;
- Valor Justo da Máquina – R\$ 415.000,00; e,
- Gastos para colocar a Máquina à Venda – R\$ 35.000,00.

Nesse contexto, a perda por desvalorização a ser reconhecida é de:

- a) R\$ 10.000,00.
- b) R\$ 10.200,00.
- c) R\$ 45.000,00.
- d) R\$ 45.200,00.

11. FCC - Ana Adm (SANASA)/2019 NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, estabelece procedimentos que as empresas devem aplicar para assegurarem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar que:

- a) Cada vez que a empresa verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.
- b) O ajuste para perdas por desvalorização decorre da obrigação de avaliar os ativos, no mínimo uma vez por ano, para ajustá-los a valor de sua realização, caso este seja inferior ao valor contábil.
- c) Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.
- d) Se um ativo estiver registrado contabilmente por R\$ 100.000 e seu valor recuperável for de R\$ 80.000, a empresa deve promover o registro da diferença (perda de R\$ 20.000) da seguinte forma:
Débito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) \$ 20.000.Crédito: Perdas por Desvalorização de Ativos (conta de resultado) \$ 20.000.
- e) Uma das metodologias para a mensuração do Valor Recuperável do Ativo é Valor em Uso, que é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo.

12. VUNESP - AFTM (Campinas)/2019 Em 01.07.2018, a Cia. Ponta Grossa adquiriu um equipamento industrial no valor de R\$ 1.500.000,00, o qual foi colocado em funcionamento na mesma data. O equipamento tem vida útil estimada em 12 anos e não foi estimado valor residual do ativo, por falta de informações confiáveis. A entidade efetuou o impairment test (teste de recuperabilidade do valor dos ativos) no mês de dezembro do referido ano. As informações obtidas sobre o valor recuperável do ativo, na mesma data, foram as seguintes:

| | |
|--|------------------|
| Valor líquido de venda pelo valor justo | R\$ 1.420.500,00 |
| Valor presente dos benefícios futuros (valor em uso) | R\$ 1.465.000,00 |

Em 31.12.2018, o valor contábil do equipamento, corretamente apresentado no Balanço Patrimonial da companhia, em R\$, foi de:

- a) 1.375.000,00.
- b) 1.465.000,00.
- c) 1.420.500,00.
- d) 1.500.000,00.
- e) 1.437.500,00.

13. FAEPEPUSL - Fisc (CRC SC)/2019 Segundo a NBC TG 04, o Ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado. Ainda sobre o assunto a NBC TG 01, orienta que a entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil:

- a) Somente quando verificar o valor de perda.
- b) Mensalmente e sempre que existem indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor.
- c) Quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.
- d) Anualmente e sempre que existem indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor.
- e) Somente quando identificar o valor de ganho.

14. VUNESP - AFis (Pref F Morato)/2019 A Cia. Tiradentes aderiu às normas contábeis internacionais no exercício de 2010. Em primeiro de julho de 2015 ela adquiriu um equipamento industrial, para pagamento em 30 parcelas de R\$ 10.000,00 cada uma, o qual foi colocado na produção no mesmo mês. O custo do equipamento, trazido a valor presente, importou em R\$ 240.000,00, tendo sua vida estimada em 10 anos e não tendo valor residual. Para efetuar o impairment test (teste de recuperabilidade do valor dos ativos) em 31.12.2018, foram obtidas as seguintes estimativas de valor recuperável:

| | |
|----------------------|------------|
| Valor justo de venda | 150.000,00 |
| Valor em uso | 154.000,00 |

Em consequência, o valor contábil do equipamento a ser registrado no Balanço Patrimonial de 31.12.2018, após a realização do impairment test será, em R\$, igual a

- a) 150.000,00.
- b) 154.000,00.
- c) 156.000,00.
- d) 188.000,00.
- e) 216.000,00.

15. FUMARC - Ana (CEMIG)/2018 A Redução ao Valor Recuperável de Ativos se aplica a todos os ativos a seguir, EXCETO:

- a) Ativo Intangível.
- b) Estoque.
- c) Imobilizado.
- d) Investimento em Controlada.